

# REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 27

n. 1-2

jan./fev. 2015

## Artigos Doutrinários

11

O princípio da justa indenização nas desapropriações para fins de reforma agrária, 11

Madja de Sousa Moura Florencio

Os recursos especiais repetitivos como instrumento de uniformização das demandas de massa e o papel constitucional do Superior Tribunal de Justiça, 22

André Macedo de Oliveira

## Inovações Legislativas

37

Lei 13.097, de 19/01/2015.

Medida Provisória 668, de 30/01/2015.

Decreto 8.392, de 20/01/2015.

Decreto 8.393, de 28/01/2015.

Decreto 8.395, de 28/01/2015.

## Acórdãos — Inteiros Teores

39

Corte Especial – Mandado de segurança. Impossibilidade de alteração, de ofício, da autoridade indicada pela parte como coatora, 39

Mandado de Segurança 0016208-06.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Carlos Moreira Alves

Corte Especial – Suspensão de liminar. UHE Sinop. Licença de instalação mediante cumprimento de condicionantes previstas na licença prévia, 42

Agravo Regimental na Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0037123-76.2014.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Primeira Seção – Anulação ou cancelamento de ato administrativo. Vedação do art. 3º, §1º, inciso III da Lei 10.259/2001, 47

Conflito de Competência 0061509-10.2013.4.01.0000/MG

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

Primeira Seção – Sentença rescindenda que defere benefício diverso do requerido. Caracterização de erro de fato, 50

Numeração única: 0060221-66.2009.4.01.0000

Ação Rescisória 2009.01.00.062088-8/MT

Relatora: Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas (convocada)

Segunda Seção – Agravo em execução penal. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade, 59

Embargos Infringentes e de Nulidade 0002045-11.2012.4.01.4100/RO

Relator: Desembargador Federal Italo Mendes

Segunda Seção – Tribunal do júri. Quesitação. Decisão contrária à prova dos autos, 63

Numeração única: 0005954-29.2000.4.01.3600/MT

Embargos Infringentes e de Nulidade 2000.36.00.005959-0/MT

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Relatora p/ acórdão: Juíza Federal Rosimayre Gonçalves de Carvalho (convocada)

**Terceira Seção – Ação cautelar de exibição de documentos. Possibilidade de processamento nos juizados especiais federais, 74**

Conflito de Competência 0048912-72.2014.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

**Terceira Seção – Fixação de preços dos produtos sucroalcooleiros em parâmetros inferiores aos ditames legais. Responsabilidade civil e objetiva do Estado, 77**

Numeração única: 0004914-74.2002.4.01.0000

Embargos Infringentes 2002.01.00.004732-7/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Souza Prudente

**Quarta seção – Execução fiscal. Falência decretada. Redistribuição dos autos para foro falimentar. Exceção ao princípio da unidade e universalidade do pedido falimentar, 95**

Conflito de Competência 0012128-96.2014.4.01.0000/RO

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

**Quarta Seção – Mandado de segurança. CSLL. Inexigibilidade. Coisa julgada em anterior ação coletiva, 97**

Numeração única: 0002518-90.2003.4.01.0000

Ação Rescisória 2003.01.00.004780-7/MG

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

**Primeira Turma – Servidor público. Aposentadoria. Reclassificação indevida de gratificação incorporada. Alteração de fundamento da aposentadoria. Obrigatoriedade de submissão do ato a registro perante o TCU, 99**

Apelação/Reexame Necessário 0001318-09.2013.4.01.4200/RR

Relatora: Juíza Federal Gilda Sigmaringa Seixas (convocada)

**Primeira Turma – Servidor público. Adicional de fronteira. Regulamentação inexistente. Impossibilidade de sua implementação pelo Poder Judiciário, 105**

Apelação/Reexame Necessário 0004030-69.2013.4.01.4200/RR

Relator: Juiz Federal Jamil de Jesus Oliveira (convocado)

**Segunda Turma – Servidor público. Remoção *ex officio*. Ausência de motivação. Ilegalidade, 108**

Numeração única: 0008460-81.2005.4.01.3800

Apelação Cível 2005.38.00.008534-7/MG

Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

**Segunda Turma – Desaposentação. Utilização do tempo de contribuição em outro benefício. Possibilidade, 111**

Apelação Cível 0000102-37.2013.4.01.3804/MG

Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

**Terceira Turma – Falsificação em CTPS. Competência da Justiça Federal. Absolvição sumária. Prosseguimento da ação penal. Crime de menor potencial ofensivo. Juizado especial criminal. *Perpetuatio jurisdictionis*, 116**

*Habeas Corpus* 0059450-15.2014.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

**Terceira Turma – Ação civil por ato de improbidade administrativa. Cumulação de pedidos. Multiplicidade de réus. Impossibilidade, 119**

Agravo de Instrumento 0053924-67.2014.4.01.0000/RR

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

**Quarta Turma – Ação de improbidade administrativa. Condenação por (supostas) fraudes em dados de recenseamento do IBGE/2010. Insuficiência da prova, 122**

Numeração única: 0001699-19.2009.4.01.3307

Apelação Cível 2009.33.07.001707-5/BA

Relator: Desembargador Federal Ítalo Mendes

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Olindo Menezes

**Quarta Turma – Crime de redução a condição análoga à de escravo. Indeferimento do pedido de substituição de testemunha. Cerceamento de defesa, 140**

Numeração única: 0005052-39.2006.4.01.3900

Apelação Criminal 2006.39.00.005052-2/PA

Relator: Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado (convocado)

**Quinta Turma – Denominação de prédio público com nome de pessoa viva. Vedação legal. Suspensão do repasse de subvenções e auxílio dos cofres públicos, 152**

Apelação/Reexame Necessário 0013660-68.2010.4.01.3000/AC

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

**Quinta Turma – Previdência privada. Liquidação extrajudicial de planos de benefícios. Desequilíbrio atuarial, 158**

Numeração única: 0016171-42.2006.4.01.3400

Apelação Cível 2006.34.00.016341-4/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

**Sexta Turma – Ação indenizatória. Militar. Prática de tortura durante a realização de exercícios na selva. Lesão, 161**

Numeração única: 0007937-42.2005.4.01.4100

Apelação Cível 2005.41.00.007972-3/RO

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**Sexta Turma – Fixação de honorários sucumbenciais a favor da Defensoria Pública. Possibilidade, 166**

Numeração única: 0018115-54.2007.4.01.3300

Apelação Cível 2007.33.00.018124-6/BA

Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

**Sétima Turma – Entidade sócio-educacional. Direito adquirido à renovação do Cebas/CNAS e ao gozo da imunidade/isenção de contribuições previdenciárias, 169**

Numeração única: 0039892-52.2008.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2008.34.00.040519-8/DF

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

**Sétima Turma – Embargos à arrematação. Ilegitimidade de terceiros estranhos à relação processual. Penhora de imóvel. Alienação judicial. Intimação do cônjuge do executado. Prescindibilidade, 175**

Numeração única: 0004040-87.2006.4.01.3900/PA

Apelação Cível 2006.39.00.004040-1/PA

Relatora: Juíza Federal Maria Cecília de Marco Rocha (convocada)

**Oitava Turma – Execução fiscal. Bacenjud. Incidência sobre ativos garantidores de provisões técnicas. Registro em agência reguladora, necessário à autorização para funcionamento. Constrição que inviabiliza a atividade da empresa. Princípio da menor onerosidade, 180**

Agravo de Instrumento 0033260-88.2009.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Oitava Turma – Bens públicos. Foro e laudêmio. Imóvel situado em terreno nacional interior. Ilha costeira sede de município. Cessão do domínio útil da área pela União, **183**

Apelação/Reexame Necessário 0032793-62.2012.4.01.3700/MA

Relator: Juiz Federal Mark Yshida Brandão (convocado)

## Decisões Monocráticas

191

Ibama. Licença de Instalação. UHE São Manoel. Condicionantes, **191**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0000008-84.2015.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Aneel e ONS. Suspensão de desconto incidente sobre a remuneração devida por contrato administrativo de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão elétrica. Atrasos na correspondente execução, **193**

Agravo de Instrumento 0067776-61.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Determinação de ressarcimento de débitos sem a prestação de caução. Alegação de grave lesão à economia pública e irreversibilidade da decisão, **196**

Suspensão de Execução de Sentença 0001217-88.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Política Nacional de Resíduos Sólidos. Alegação de interferência indevida do Poder Judiciário nas obrigações municipais. Proteção à saúde pública e à qualidade ambiental, **198**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0001909-87.2015.4.01.0000/MA

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Indeferimento do pedido de destaque no RPV dos honorários advocatícios contratuais avençados, **200**

Agravo de Instrumento 0029959-31.2012.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Jamil de Jesus Oliveira (convocado)

Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso. Suspensão de pregão e determinação de contratação emergencial de médicos, **202**

Agravo de Instrumento 0061346-93.2014.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Licitação para contratação de empresa de consultoria especializada em gestão ambiental. Inabilitação de empresa. Desatendimento a itens do edital, **203**

Agravo de Instrumento 0002591-42.2015.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Deferimento de produção de prova pericial e determinação de adiantamento de honorários periciais, **205**

Agravo de Instrumento 0067162-61.2011.4.01.0000/MG

Relatora: Juíza Federal Hind Ghassan Kayath (convocada)

Servidor público. Falecimento. Pedido de pensão por morte. Ascendente, **207**

Agravo de Instrumento 0067605-07.2014.4.01.0000/DF

Relatora: Juíza Federal Sandra Lopes Santos de Carvalho (convocada)

Atuação no mercado de seguros privados. Autorização legal, **211**

Agravo de Instrumento 0002328-10.2015.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Francisco Neves da Cunha (convocado)

**Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – Condsef. Portaria MP 113/2014. Não exigência, 215**

Agravado de Instrumento 0061664-76.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

**Execução fiscal. Rejeição das exceções de pré-executividade. Aplicação de multa por litigância de má-fé de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, 217**

Agravado de Instrumento 0040751-73.2014.4.01.0000/AC

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

**Descumprimento de contrato firmado com o MPDFT. Fornecimento de computadores de marca diversa da estipulada no contrato, 223**

Agravado de Instrumento 0065555-08.2014.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**Suspensão dos efeitos de decisão administrativa que extinguiu contrato de franquia postal. Continuação de exploração do serviço na modalidade de Contrato de Franquia Empresarial (ACF), até a assinatura de novo contrato, 225**

Agravado de Instrumento 0060708-60.2014.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

**Município de Manicoré/AM. Pedido de cessação de turbação possessória, 227**

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0002886-79.2015.4.01.0000/AM

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

**JEFs em Revista****231****Servidor público. GAE. Diferenças, 231**

Numeração única: 0037094-93.2009.4.01.330

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2009.33.00.912078-8

Relator: Juiz Federal Marcelo Honorato

**PoliciaI federal. Curso de formação. Auxílio financeiro, 233**

Numeração única: 0005056-93.2012.4.01.3600

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2012.36.00.914854-8

Relatora : Juíza Federal Substituta Carolynne Souza de Macedo Oliveira

**Pensão por morte. Reconhecimento de união estável. Coisa julgada material, 236**

Numeração única: 0001706-95.2010.4.01.3300

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2010.33.00.900815-4

Relatora : Juíza Federal Substituta Carolynne Souza de Macedo Oliveira

**Breviário****239**

Suspensão temporária de contratação de empresa com a Administração Pública em geral. Ato ilegal e abusivo. Princípio da proporcionalidade.

Pornografia infantil. Divulgação de imagem pela rede mundial de computadores. Competência da Justiça Federal.

*Querela nullitatis*. Extinção sem julgamento de mérito. Alegação de falsa perícia. Impugnação de vícios graves no ordenamento jurídico.

Ação civil pública. Demandado que não existia no tempo do fato. Ausência de pedido de condenação.

## Sumário

Desapropriação para fins de reforma agrária. Execução de sentença. Juízo do inventário competente para decidir sobre levantamento de verbas dos espólios.

Reintegração de posse contra comunidade indígena e contra a União. Representação por prisão preventiva do paciente, cacique indígena.

Produto registrado na Anvisa como alimento e comercializado como medicamento.

Anulação de ato administrativo. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

Responsabilidade civil. Caixa Econômica Federal. Portador de deficiência física. Dificuldade de uso dos caixas eletrônicos. Inacessibilidade. Necessidade de auxílio de terceiros para realização de serviços de autoatendimento.

Ação de prestação de contas. Ocupação irregular de área aeroportuária.

Aprovação em vestibular. Emissão de certificado de conclusão do ensino médio. Menor de 18 anos. Impossibilidade.

Empréstimo compulsório sobre energia elétrica. Inaplicabilidade da cláusula de reserva de plenário. Validade da cessão de crédito. Desnecessidade da formação de liticonsórcio.

IRPJ E CSLL. Serviços hospitalares.

Repasso de verbas relativas ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Afrenta ao princípio da anualidade. Limitação temporal da suspensão dos efeitos da Decisão Normativa 38/2001.

---

**Repositórios Oficiais de Jurisprudência** **247**

---

**Instruções Editoriais** **249**